



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





FLORIANO - PI

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO - PIAUÍ

Educação Infantil

EDITAL Nº 03/2025, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.

CÓD: SL-0560T-25
7908433284154

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos	7
2. Estruturação do texto e dos parágrafos	8
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais	8
4. Significação contextual de palavras e expressões	9
5. Equivalência e transformação de estruturas	11
6. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação	17
7. Pontuação	20
8. Estrutura e formação de palavras	21
9. Funções das classes de palavras	22
10. Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais	31
11. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	34
12. Concordância nominal e verbal	35
13. Regência nominal e verbal	36
14. Ortografia oficial	39
15. Acentuação gráfica	41

Raciocínio Lógico Matemático

1. Princípio da Regressão ou Reversão	47
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	47
3. Lógica matemática qualitativa	52
4. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	55
5. Geometria básica	57
6. Álgebra básica	66
7. Sistemas lineares	73
8. Calendários	75
9. Numeração	76
10. Razões especiais	77
11. Análise combinatória e probabilidade	78
12. Progressões aritmética e geométrica	83
13. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença .	85
14. Comparações	88

Conhecimentos sobre o Município de Floriano

1. Formação Histórica e Colonização; Evolução Administrativa e Política; Economia Local ao Longo do Tempo; Aspectos Sociais e Culturais; Geografia e Clima Local na História. Floriano na Atualidade	93
--	----

Conhecimentos Específicos

Educação Infantil

1. Avaliação Educacional na Educação Infantil: Concepções de avaliação (Diagnóstica e formativa).....	103
2. Instrumentos avaliativos (Observações, registros pedagógicos e portfólios)	104
3. Psicologia e Desenvolvimento: Teorias do Desenvolvimento e Aprendizagem	105
4. Desenvolvimento humano (Aspectos cognitivos, emocionais e sociais nas diferentes fases da vida)	112
5. Teorias Pedagógicas e Práticas de Ensino: Fundamentos Teóricos e Aplicação Prática	119
6. Práticas Pedagógicas (Brincadeiras dirigidas e espontâneas na Educação Infantil)	122
7. Interdisciplinaridade, contextualização e metodologias ativas no Ensino Fundamental.....	123
8. Alfabetização e Letramento	125
9. Desenvolvimento da consciência fonológica e habilidades de leitura e escrita	127
10. Educação Inclusiva e Diversidade: Inclusão Escolar (Práticas pedagógicas adaptadas para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades).....	131
11. Diversidade Cultural (Estratégias pedagógicas para valorizar a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena)	134
12. Gestão da Sala de Aula: Dinâmica e Organização (Planejamento do ambiente de aprendizagem para promover a participação ativa)	138
13. Estratégias para mediação de conflitos e fortalecimento do vínculo professor-aluno	143
14. Relacionamento Escola-Comunidade (Interação entre professores, famílias e comunidade escolar).....	144
15. Legislação Educacional (Atualizada) Constituição Federal de 1988 (artigos 205 a 214): direito à educação, dever do Estado e da família, qualidade, acesso, permanência e gestão democrática	144
16. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN): princípios, organização da educação nacional, níveis e modalidades de ensino.....	148
17. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): direito à educação, proteção integral, combate à evasão e ao abandono escolar.....	168
18. Lei nº 11.738/2008: piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica e jornada de trabalho	207
19. Lei nº 14.113/2020: regulamenta o Novo Fundeb e dispõe sobre o financiamento da educação básica pública.....	208
20. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs): parâmetros para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Inclusiva	222
21. Documentos Curriculares: Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais, direitos de aprendizagem, organização por componentes e áreas do conhecimento; Estrutura e aplicação prática da BNCC no planejamento e avaliação pedagógica; Ensino por competências e habilidades.....	244
22. Temas Transversais na Educação: Ética, cidadania, meio ambiente, saúde, diversidade cultural, direitos humanos, orientação sexual e trabalho; Abordagem transversal e interdisciplinar nos currículos escolares; Integração dos temas com as competências da BNCC.....	288
23. Pensadores Clássicos e Contemporâneos da Educação: Jean Piaget: desenvolvimento cognitivo e epistemologia genética; Lev Vygotsky: interação social, mediação e zona de desenvolvimento proximal; Paulo Freire: educação libertadora, consciência crítica, diálogo e pedagogia do oprimido; Émile Durkheim: papel socializador da escola e coesão social; John Dewey: escola ativa, experiência e democracia na educação; Maria Montessori: autoeducação, autonomia e ambiente preparado; Dermeval Saviani: pedagogia histórico-crítica, educação como prática transformadora	292
24. Escolas Pedagógicas (Teorias Educacionais): Pedagogia Tradicional: valorização do professor, disciplina e transmissão de conhecimentos; Pedagogia Renovada Progressivista: aprendizagem centrada no aluno e valorização da experiência (Dewey); Pedagogia Liberal Tecnicista: ensino voltado à produtividade, objetivos e avaliações mensuráveis; Pedagogia Libertadora: emancipação social, educação crítica e conscientização (Paulo Freire); Pedagogia Histórico-Crítica: conhecimento como instrumento de transformação social (Saviani); Construtivismo: aprendizagem ativa e construção do conhecimento (Piaget e Vygotsky); Montessoriana: liberdade com responsabilidade, autoaprendizagem; Freinetiana: aprendizagem pelo trabalho, expressão livre, cooperação; Waldorf: desenvolvimento integral do ser humano com base em arte, espiritualidade e ritmo	293

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

- **Introdução:** faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.
- **Desenvolvimento:** elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.
- **Conclusão:** faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.
- **Conectivo:** outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência. Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se formar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

ARTICULAÇÃO DO TEXTO: PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXOS, OPERADORES SEQUENCIAIS

DEFINIÇÕES E DIFERENCIAÇÃO

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, um texto coeso pode ser incoerente, assim como um texto coerente pode não ter coesão. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória.

Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

COESÃO TEXTUAL

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas **conectivos**.

► As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricos. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

► As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência:

- **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos. Exemplo: «Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).
- **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças. Exemplo: “Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.
- **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos. Exemplo: “Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.
- **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido. Analise o exemplo: “Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

Soma \leftrightarrow a regressão é feita pela subtração.

Subtração \leftrightarrow a regressão é feita pela soma.

Multiplicação \leftrightarrow a regressão é feita pela divisão.

Divisão \leftrightarrow a regressão é feita pela multiplicação

Exemplo:

1. SENAI

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$\begin{aligned} \text{A } 1^\circ \text{ aplicação resultou em B e era } 4A: B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \\ \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300 \end{aligned}$$

A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: $A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$

$$\bullet X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

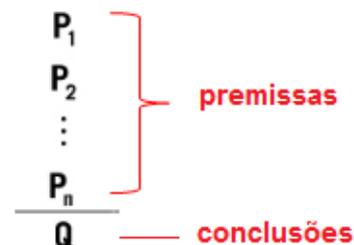
Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.

LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como P_1, P_2, \dots, P_n , conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q, que é chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

P1: Todos os cientistas são loucos.

P2: Martiniano é louco.

Q: Martiniano é um cientista.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

P1: Todos os homens são pássaros.

P2: Nenhum pássaro é animal.

C: Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.

Como determinar se um argumento é válido?

A validade de um argumento pode ser verificada por meio de diagramas de Venn, uma ferramenta extremamente útil para essa finalidade, frequentemente usada para analisar a lógica de argumentos. Vamos ilustrar esse método com o exemplo mencionado acima. Ao afirmar na afirmação P1 que “todos os homens são pássaros”, podemos representar esta afirmação da seguinte forma:



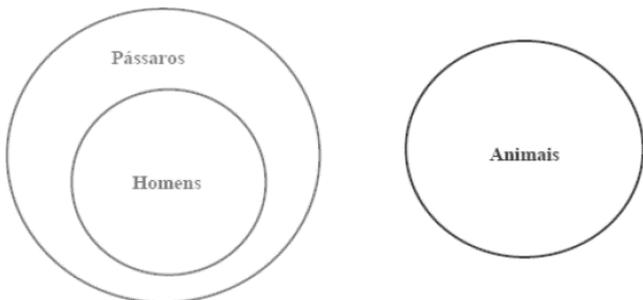
Note-se que todos os elementos do conjunto menor (homens) estão contidos no conjunto maior (pássaros), diminuindo que todos os elementos do primeiro grupo pertencem também ao segundo. Esta é a forma padrão de representar graficamente a afirmação “Todo A é B”: dois círculos, com o menor dentro do maior, onde o círculo menor representa o grupo classificado após a expressão “Todo”.

Quanto à afirmação “Nenhum pássaro é animal”, a palavra-chave aqui é “Nenhum”, que transmite a ideia de completa separação entre os dois conjuntos incluídos.



A representação gráfica da afirmação “Nenhum A é B” sempre consistirá em dois conjuntos distintos, sem sobreposição alguma entre eles.

Ao combinar as representações gráficas das duas indicações mencionadas acima e analisá-las, obteremos:



Ao analisar a conclusão de nosso argumento, que afirma “Nenhum homem é animal”, e compará-la com as representações gráficas das metas, questionamos: essa conclusão decorre logicamente das metas? Definitivamente, sim!

Percebemos que o conjunto dos homens está completamente separado do conjunto dos animais, diminuindo uma dissociação total entre os dois. Portanto, concluímos que este argumento é válido.

Argumentos Inválidos

Um argumento é considerado inválido, também chamado de ilegítimo, mal formulado, falacioso ou sofisma, quando as propostas apresentadas não são capazes de garantir a verdade da conclusão.

Por exemplo:

P1: Todas as crianças gostam de chocolate.

P2: Patrícia não é criança.

C: Logo, Patrícia não gosta de chocolate.

Este exemplo ilustra um argumento inválido ou falacioso, pois as premissas não estabelecem de maneira conclusiva a veracidade da conclusão. É possível que Patrícia aprecie chocolate, mesmo não sendo criança, uma vez que a proposta inicial não limite o gosto por chocolate exclusivamente para crianças.

Para demonstrar a invalidez do argumento supracitado, utilizaremos diagramas de conjuntos, tal como foi feito para provar a validade de um argumento válido. Iniciaremos com as primeiras metas: “Todas as crianças gostam de chocolate”.



Examinemos a segunda premissa: “Patrícia não é criança”. Para obrigar, precisamos referenciar o diagrama criado a partir da primeira localização e determinar a localização possível de Patrícia, levando em consideração o que a segunda localização estabelece.

Fica claro que Patrícia não pode estar dentro do círculo que representa as crianças. Essa é a única restrição imposta pela segunda colocação. Assim, podemos deduzir que existem duas posições possíveis para Patrícia no diagrama:

1º) Fora do círculo que representa o conjunto maior;

2º) Dentro do conjunto maior, mas fora do círculo das crianças. Vamos analisar:

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE FLORIANO

FORMAÇÃO HISTÓRICA E COLONIZAÇÃO; EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA; ECONOMIA LOCAL AO LONGO DO TEMPO; ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS; GEOGRAFIA E CLIMA LOCAL NA HISTÓRIA. FLORIANO NA ATUALIDADE

Floriano é um município brasileiro do estado do Piauí. Floriano situa-se na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita desse mesmo Rio, em frente à cidade de Barão de Grajaú, Maranhão. A cidade fica a 240 km da capital do estado do Piauí, Teresina. Suas coordenadas geográficas são: 06°46'01" de latitude sul, e 43°01'22" de longitude oeste em relação a Greenwich. Sua altitude: 140 metros. Clima: quente seco, no verão, e úmido na época das chuvas.

Acidentes geográficos do Município: Rio Parnaíba, que banha a cidade e o município em toda sua extensão. Seguem-lhe os rios Gurgueia e Itaueira. Floriano está localizada num ponto referencial, o portão de entrada para o sul e sudeste do Piauí. De acordo com os dados do IBGE para o ano de 2013, hoje Floriano é a quinta cidade mais rica do estado com um Produto Interno de Bruto de 778 mil de reais, sendo o setor de serviços o mais importante na economia do município, durante a manhã o seu centro comercial atende a um elevado número de pessoas vindo de várias cidades do sul do Piauí e do Maranhão fazendo com que haja já alguns transtornos relacionados ao trânsito no centro comercial do município. O setor de serviços de saúde também vem se tornando um grande fator atrativo para o Município. Floriano se destaca em muito por sua fama como polo educacional, possuindo uma vasta rede de ensino sobretudo em nível superior e técnico.

DADOS HISTÓRICOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE FLORIANO

A região onde se localiza o município de Floriano situa-se na área das sesmarias que, em 1676, a Coroa Lusa concedeu a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias D'Ávila, Bernardo Gago, arceidiago Domingos de Oliveira Lima, Manoel Oliveira Porto, Catarina Fogaça, Pedro Vieira Lima e Manoel Ferreira, potentados baianos, que jamais se abalaram a seguir para o Piauí e viver em suas terras.

Essas concessões estendiam-se por dez léguas de terras em quadro, para cada um deles, nas margens do Rio Gurgueia. Algum tempo depois, os contemplados, anteriormente, junto com Francisco de Souza Fagundes, obtiveram mais dez léguas de terras, em quadro, para o Parnaíba.

A criação de gado começou a se expandir com rebanhos vindos de Cabo Verde. A criação de gado vacuno foi se transformando, para além da atividade agrícola, em fonte principal de riquezas e, com o passar do tempo, os currais se multiplicaram.

O município de Floriano situa-se na área em que Domingos Afonso Mafrense fundou as primeiras fazendas de gado no Piauí. Elas formariam o centro da expansão da pecuária piauiense.

Com a morte de Mafrense em 1671, 30 de suas fazendas foram doadas aos padres da Companhia de Jesus — os jesuítas. Com a administração das fazendas pelos padres da Companhia, observou-se grande progresso e desenvolvimento dessas fazendas. Porém, em 1760, com a expulsão dos padres jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal, as referidas fazendas passaram para o poder do Estado do Piauí ou, na época, Província do Piauí.

O Governador daquela época, João Pereira Caldas, após a expulsão dos jesuítas, promoveu o sequestro ou tomada das fazendas e faz o arrolamento dos bens das mesmas. Após isso, divide-as em três inspeções com nomes de Canindé, Nazaré e Piauí.

Passados alguns anos, já em 1873, desmembram-se, da inspeção de Nazaré, as fazendas: Guaribas, Serrinha, Matos, Algodões, Olho D'água e Fazenda Nova, para formarem a Colônia Rural de São Pedro de Alcântara, criada pelo Decreto Imperial nº 5.292, de 10 de setembro de 1873, a cuja frente do projeto da Colônia Rural se encontrava o ilustre e primeiro agrônomo do Piauí, formado na França, Francisco Parentes, que havia sido comissionado pelo Ministério da Agricultura do Brasil para estudar, minuciosamente, as condições de criação de gado bovino no Piauí, especialmente nas fazendas da Inspetoria de Nazaré.

A sede da colônia estava situada à margem direita do Rio Parnaíba, a 60 léguas acima da cidade de Teresina, na época, capital da Província do Piauí, e a 150 léguas do litoral, no lugar chamado "Chapada da Onça". As fazendas acima mencionadas formariam o patrimônio da Colônia, e as mesmas foram consideradas pelo Ministério da Agricultura e da Fazenda, para o fim de formar a Colônia Rural, por Aviso de 10 de junho de 1873. As fazendas, que pertenciam à Inspetoria de Nazaré, contavam de 21 léguas de comprimento por 20 de largura, em excelentes terras, com pastagens de boa qualidade e foram doadas com três casas, currais e gado bovino existentes, em número de 10.000 cabeças.

Após essas providências, Francisco Parentes encontrava-se no Rio de Janeiro, ultimando entendimentos para o início dos trabalhos a partir de Teresina. A bordo do vapor "Piauhy", seguido de grande comitiva, o governador do Piauí, na época chamado de Presidente da Província do Piauí, Adolpho Lamemha Lins, segue para o local da fundação, onde, no dia 10 do mesmo mês e ano, lança a pedra fundamental do edifício principal (atual Terminal Turístico de Floriano) A pedra continha a seguinte inscrição: "São Pedro d'Alcantara — Estabelecimento Rural, fundado por Decreto nº 5.392, pelo Agrônomo Piauiense Francisco Parentes, na presidência do Exmo. Senhor doutor Adolpho Lamemha Lins,

1874.” Quando as obras do grande edifício sede já estavam quase concluídas, Francisco Parentes contraiu febre maligna. Levado às pressas em uma canoa para Amarante, a procura de socorro médico, ali morreu com 37 anos de idade, no dia 16 de junho de 1876. Apesar da morte de Parentes, contudo, a obra teve continuidade.

Na época de Parentes e após a sua morte, por algum tempo não era permitidas construções de casas particulares na área do Estabelecimento, o que, de certa forma, impedia o desenvolvimento mais rápido da sede da Colônia. Foi na administração de Ricardo Ferreira de Carvalho, diretor do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, que foi permitida, livremente, a edificação de casas na colônia, o que era facilitado pela direção do Estabelecimento.

No edifício-sede funcionava uma escola para os filhos dos escravos (ambos os sexos), órfãos e libertos pela lei de 28 de setembro de 1871. A escola não ensinava somente as letras, mas o ofício de mecânico, técnicas agrícolas, arte de curtume, alfaiataria, fabricação de produtos de laticínios, além de estudo religioso, música, física e química. No lugar denominado Brejo havia um campo experimental agrícola mantido pelo Estabelecimento. Em 1884 recebeu tentativa de reforma por parte do Governo Imperial.

Em 1887, e com o aumento considerável da população, elevou-se, o povoado sede do Estabelecimento à categoria de vila, com o nome de Vila da Colônia, por força da resolução nº 2, de 19 de junho 1890, transferindo para ela a oficialidade da Vila da Manga. Por força da resolução mencionada, a nova Vila ficou pertencendo à jurisdição civil e criminal da comarca de Jerumenha, sendo seu termo um distrito de paz. Poucos dias depois, a resolução nº 3, de 26 de junho de 1890, desmembrou o termo da Colônia da Comarca de Jerumenha, para a formação de uma nova comarca com denominação de Colônia, assim ficando até 1892, quando, pela lei 18, de 12 de dezembro do mesmo ano, foi cassada sua autonomia judiciária, passando a seu termo a integrar a comarca de Amarante. A lei nº 67, de 25 de setembro 1895, extinguiu a vila e o Município. Em 18 de junho de 1895 era restabelecida a autonomia da vila e do Município com os seus primitivos limites, voltando o termo judiciário, ainda, a pertencer à comarca de Amarante. A lei 144, e8 de julho de 1897, elevou a Vila da Colônia à categoria de cidade, com a denominação de Cidade Floriano, homenagem ao “Marechal de Ferro” Floriano Peixoto. A lei foi assinada pelo governador da Província do Piauí, Raimundo Artur de Vasconcelos.

EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA DE FLORIANO

A elevação de Floriano à categoria de cidade representa um marco significativo na história político-administrativa do Estado do Piauí. Inicialmente, a área onde hoje se localiza o município estava sob a jurisdição de antigas e importantes vilas coloniais, como Oeiras – que foi a primeira capital do Piauí. A emancipação de Floriano reflete um processo mais amplo de reorganização territorial e administrativa que ocorreu no final do século XIX, marcado pelo crescimento econômico, pelo aumento populacional e pela intensificação das atividades comerciais e agropecuárias na região sul do estado.

Fundada oficialmente em 8 de julho de 1897, Floriano rapidamente se consolidou como uma das principais cidades do Piauí, impulsionada por sua localização estratégica às margens

do rio Parnaíba e por sua vocação como entreposto comercial entre o interior piauiense e o Maranhão. A criação do município se deu em um contexto de transformação institucional no Brasil, logo após a Proclamação da República (1889), quando diversas cidades buscaram autonomia administrativa para melhor gerenciar seus recursos e atender às demandas locais.

O nome da cidade foi uma escolha política e simbólica: Floriano presta homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, o segundo presidente da República e um dos principais representantes do militarismo positivista no Brasil. Essa denominação revela uma tentativa deliberada de alinhar o novo município ao ideário republicano, que naquele momento buscava consolidar novas estruturas de poder local e substituir os antigos modelos monárquicos e patrimonialistas. Não por acaso, diversas cidades brasileiras foram batizadas com nomes de líderes militares republicanos nesse período, numa estratégia de legitimação política.

Do ponto de vista administrativo, Floriano rapidamente ganhou relevância. Tornou-se sede de comarca e de diversas repartições públicas, o que contribuiu para sua elevação como polo regional. Com a instalação de serviços como cartórios, fórum, escolas públicas e, posteriormente, unidades de saúde, a cidade passou a atrair migrantes de regiões vizinhas, consolidando-se como núcleo urbano dinâmico no sudoeste piauiense.

Durante a primeira metade do século XX, o município foi alvo de investimentos estatais em infraestrutura, com destaque para:

- A construção de trechos ferroviários, que facilitaram o escoamento da produção agropecuária;
- A instalação do telégrafo, melhorando a comunicação entre Floriano e a capital Teresina;
- A criação de escolas públicas e grupos escolares, fortalecendo a formação de quadros administrativos e profissionais.

Essas iniciativas refletiam uma política de interiorização do desenvolvimento, embora muitas vezes restrita às elites locais.

A partir da década de 1950, observa-se uma intensificação da vida política municipal, com o surgimento de partidos e lideranças locais, muitas vezes vinculadas às tradicionais oligarquias agrárias que dominavam a economia regional. Essas elites políticas, compostas por grandes proprietários rurais e comerciantes, exerceram controle sobre os principais cargos públicos, mantendo forte influência nas eleições municipais e estaduais.

Com a redemocratização do Brasil após a ditadura militar (1964-1985), e especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, houve mudanças importantes na estrutura política local. A nova Carta Magna reforçou os princípios da autonomia municipal, ampliando a responsabilidade das prefeituras sobre áreas como educação, saúde e planejamento urbano. Nesse contexto, Floriano passou a experimentar maior pluralidade de atores políticos, com o surgimento de novas lideranças, movimentos sociais e partidos com plataformas voltadas para temas urbanos e sociais.

No entanto, como em muitas cidades do interior nordestino, a política local ainda mantém traços oligárquicos e personalistas, com disputas eleitorais frequentemente pautadas por relações clientelistas e familiares. Isso não impede, porém, a existência de avanços democráticos, como a crescente participação da sociedade civil organizada, o fortalecimento dos conselhos municipais e a atuação do Ministério Público na fiscalização da gestão pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Infantil

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO (DIAGNÓSTICA E FORMATIVA)

¹O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro, passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia-a-dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação, oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

¹ <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm>

► ²Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação, são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

Não existe um modelo único para esse tipo de avaliação: ela pode ser realizada utilizando metodologias ativas, roda de conversa ou ser um modelo mais próximo das provas tradicionais.

Muitas secretarias de educação utilizam diagnósticos em rede como um termômetro geral das escolas. Mesmo nesses casos, é importante que o professor realize o seu próprio diagnóstico como forma de complementar as informações e conhecer mais o perfil da turma.

Avaliação formativa (contínua ou processual)

A avaliação processual acontece ao longo do processo de aprendizagem, sempre a partir de um diagnóstico. Conforme acompanha o processo da turma, o professor tem as evidências necessárias para pensar em boas intervenções e saber quando é necessário mudar o percurso – isto é, não é preciso aguardar o término do bimestre para verificar que uma estratégia não funcionou ou que os alunos ainda estão com dificuldade em determinada habilidade.

Para fazer essa avaliação, podem ser utilizadas ferramentas como, por exemplo:

² <https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao>

- Produções orais, em grupo e individuais.
- Pesquisas.
- Seminários.
- Estudos de caso.
- Autoavaliação.
- Questionários.

Já para analisar os resultados, utilizam-se rubricas com diferentes níveis de performance. Esses critérios permitem que o professor oriente a observação. Eles devem estar sempre alinhados aos objetivos de aprendizagem previstos naquela atividade ou projeto e conter as evidências para demonstrar que o estudante aprendeu - saiba o que levar em conta para fazer esse trabalho nos Anos Iniciais. Essas expectativas devem ser comparilhadas com a turma.

Um tipo de avaliação formativa é a comparativa, que visa promover uma análise entre o que o aluno sabia antes de determinada atividade e depois.

Avaliação somativa

É a modalidade mais tradicional de avaliação e caracteriza-se por evidenciar se os alunos dominam determinado conjunto de habilidades. Comumente, acontece ao final do bimestre ou sequência didática. Ao final, atribui-se um conceito ou nota numérica para o desempenho dos estudantes.

Pode ser dissertativa ou de múltipla escolha. É importante que as perguntas sejam claras e, pela resolução da questão, o professor consiga evidenciar as aprendizagens.

Avaliações externas

São provas realizadas em larga escala para avaliar o sistema educacional e auxiliam na construção de uma visão sistêmica sobre como está a aprendizagem no território.

Dentro da escola, os resultados dos estudantes também devem ser analisados, porém os descritores dessas avaliações não devem orientar o planejamento docente – isto é, o objetivo do professor é desenvolver habilidades do currículo, não preparar os alunos para essas provas.

INSTRUMENTOS AVALIATIVOS (OBSERVAÇÕES, REGISTROS PEDAGÓGICOS E PORTFÓLIOS)

O acompanhamento pedagógico formativo pode ser definido como o processo de formação continuada em serviço, de caráter prático e modelar, realizado pelo coordenador pedagógico de um agrupamento de unidades escolares no processo de planejamento e implementação das ações pedagógicas.

No entanto, antes de partir de fato para o auxílio dos professores, é necessário que o coordenador pedagógico, primeiramente, compreenda pontos importantes sobre a avaliação. Em seguida, é preciso conhecer o contexto da escola e da rede em que está inserido para entender de que forma esse ensino remoto está acontecendo e quais são as maiores dificuldades.

Existem diversas estratégias formativas que visam criar condições que favoreçam a reflexão sobre a ação docente. Começa dois exemplos a seguir:

▪ **Oficinas pedagógicas:** o trabalho por meio dessas oficinas (ou cursos práticos) consiste em uma forma de revisitar a própria prática docente, pois sabe-se que os profissionais que estão vivenciando a formação continuada embora já possuem um “saber” sobre sua profissão, nos processos formativos, precisam compreender que o que eles já sabem pode ser modificado, trocado, ratificado, reconstruído, refeito ou abandonado e as oficinas constituem-se em espaços favoráveis para esse processo formativo do professor.

▪ **Caderneta de Metacognição:** segundo Damiani (2006)³, é por meio das atividades metacognitivas que o aprendiz consegue fazer reflexão sobre os seus próprios processos de aprender. Assim, muitas instituições educativas têm inserido em seus planejamentos de equipe uma estratégia formativa intitulada Caderneta de Metacognição, que consiste em um pequeno caderno entregue a cada profissional no início das formações que deveria ser usado como instrumento de reflexão da ação docente. Para isso, três perguntas servem como guia para a escrita da caderneta: O que eu aprendi? Como eu aprendi? O que não entendi? Com isso, os docentes em formação são desafiados a pensar criticamente sobre o que teriam aprendido ou não durante cada encontro de formação e explicar objetivamente como se estabeleceu tal aprendizado. Essa escrita deve ser realizada após cada dia de formação, em casa, e lida por voluntários no dia seguinte para a turma. Em geral, tem-se observado uma certa resistência em escrever, mas o movimento evolutivo daqueles que realizam as leituras de seus registros e também a avaliação positiva que eles faziam do instrumento como eficiente no auxílio da análise de seu próprio percurso, acaba sempre por despertar o interesse e incentivar uma maior participação dos outros docentes.

Análise conjunta do plano de aula e dos instrumentos avaliativos

Os professores são responsáveis pelo domínio do conteúdo e são aptos para transmiti-lo aos estudantes de maneira eficiente e clara, assim, para se fazer essa análise, é fundamental que o coordenador pedagógico esteja ciente de algumas considerações a respeito de sua necessidade e de sua condução, que deve ocorrer de forma ética e equilibrada. O objetivo não é apenas aferir o domínio do educador dos conteúdos previstos na matriz curricular, mas avaliar também sua criatividade, as competências socioemocionais, a liderança dentro da sala de aula e a gestão do próprio tempo.

Sabendo disso, seguem os pontos mais básicos a serem observados:

▪ **Planejamento da aula:** os professores devem planejar as aulas, alinhando-as às necessidades dos alunos. Nesse caso, é importante observar se o profissional trabalha todas as habilidades (gramática, vocabulário, leitura, escrita, compreensão e fala) de modo equilibrado. Observe também se ele faz uso de recursos tecnológicos, pois estes auxiliam bastante no aprendizado.

³ DAMIANI, Magda Floriana. *A metacognição como auxiliar no processo de formação de professoras: uma experiência pedagógica.* UNirevista - Vol. 1, nº 2: (abril 2006).